

IDEOLOGIA, RETÓRICA E ARGUMENTAÇÃOⁱ

Michael Weilerⁱⁱ

Resumo: A Crítica Retóricaⁱⁱⁱ examina a ideologia como uma forma de argumentação estratégica que legitima a autoridade política. A ideologia se apresenta como filosofia política de maneira a chamar atenção para sua argumentação. Argumentos ideológicos apoiam alegações^{iv} (1) de que aqueles que exercem o poder político representam o interesse de todos, e (2) de que a ordem social existente é natural e inevitável à luz da natureza humana. Funcionalmente, a ideologia é indispensável, porém, perversa. Formalmente, a ideologia é uma argumentação que obscurece sua parcialidade sob alegações de universalidade.

Palavras-chave: Ideologia. Retórica. Argumentação. Crítica Retórica. Legitimação.

Abstract: Rhetorical criticism examines ideology as a form of strategic argumentation that functions to legitimize political authority. Ideology presents itself as political philosophy in a way that calls attention to its argumentation. Ideological arguments support claims (1) that those who wield political power represent the interests of all, and (2) that the existing social order is natural and inevitable in light of human nature. Functionally, ideology is indispensable, but perverse. Formally, ideology is argumentation that obscures its partiality under claims to universality.

Keywords: Ideology. Rhetoric. Argumentation. Rhetorical criticism. Legitimation.

i Referência da publicação original:

WEILER, Michael. Ideology, Rhetoric and Argument. *Informal Logic*, Windsor, v. 15, n.1, p. 15-28, 1993.

ii Doutor pela University of Pittsburgh, EUA. Docente da Emerson College, EUA. E-mail: michael_weiler@emerson.edu.

iii N.T. Optamos pelo uso da expressão Crítica Retórica como tradução para *Rhetorical Criticism*.

iv N.T. Traduzimos *claims* ora por reivindicações, ora por alegações, tomando os termos como sinônimos.

Introdução

Meu propósito nesse ensaio consiste em investigar como uma perspectiva retórica pode contribuir para a crítica da ideologia. Em outras palavras, indago se – e de que modo – a ideologia pode ser vista como retórica. Eu vou sugerir que, embora a ideologia possa se manifestar em diferentes níveis linguísticos e em uma variedade de formas retóricas e talvez até não-retóricas, as preocupações da crítica da retórica e da crítica da ideologia coincidem mais clara e produtivamente no ponto em que a ideologia é vista como um tipo de argumentação estratégica.

A Crítica Retórica descreve, explica e avalia os efeitos de expressões que influenciam auditórios.¹ Ela investiga instâncias do discurso persuasivo, moldado para instigar atitudes, crenças e/ou ações de pessoas reais em situações reais.

O objeto da Crítica Retórica abrange um espectro de formas discursivas: de discursos inaugurais a propagandas comerciais; de romances políticos a livros didáticos do Ensino Médio. O escopo de contextos é similarmente amplo: de campanhas presidenciais a seminários corporativos; de reuniões de pais e mestres a conversas privadas. E sua abrangência de métodos reflete também essa abertura: de pesquisa eleitoral a atenta leitura textual; de observação participante a análise de conteúdo. Em meio a essa variedade quase infinita, no entanto, encontra-se o foco único da Crítica Retórica: a relação triangular entre discurso persuasivo, audiência e efeito.²

A Crítica Retórica da ideologia pressupõe que esta tome a forma de discurso persuasivo. No mínimo, isso significa que a ideologia deve ser isolável como texto verbal, endereçada a uma audiência real, e almejar a persuasão.

Compreendida como uma espécie de retórica, a ideologia é tanto genérica quanto única. Como toda retórica, a ideologia, embora possa empregar uma gama de recursos figurativos e invencionais, apresenta-se primariamente como filosofia política; além disso, mesmo sendo endereçada a audiências, obscurece, devido à sua natureza, as diferenças entre os múltiplos auditórios a que se volta; por fim, é moldada para persuadir, muito embora o faça distorcendo a realidade de distintas maneiras.

¹ A ênfase dessa definição em efeitos retóricos é derivada do ensaio pioneiro de Herbert A. Wicheln, *The Literary Criticism of Oratory*, presentem em obra organizada por Drummond (1925).

² A definição de Bryant (1953) da retórica como “ajustamento de pessoas a ideias e de ideias a pessoas” captura essa triangulação.

Na medida em que ela assume uma forma retórica, uma forma aberta à crítica a partir de uma perspectiva retórica, a ideologia tende a apresentar-se como filosofia política; isto é, como argumentação em apoio a uma visão mais ou menos coerente do mundo político.

Além do mais, a ideologia é autorreferencial; ela chama a atenção para seus argumentos como tais. Sua plausibilidade repousa, em parte, no fato de as audiências reconhecerem que é na argumentação que ela se baseia (em oposição à asserção autoritária). Isso significa que, embora a argumentação não seja a única forma através da qual a ideologia opera, ela é indispensável para que essa alcance seus efeitos retóricos. Desta forma, em minha análise da ideologia, vou enfatizar o que denomino “argumentos ideológicos”.

É importante notar que falo da *apresentação*, e não das propriedades técnicas dos argumentos. Em outras palavras, argumentos ideológicos não precisam se encaixar em qualquer padrão de coerência filosófica ou consistência lógica em particular; é suficiente apenas que as audiências os aceitem como “coerentes” e “lógicos”. Isso não quer dizer que não há correspondência alguma entre as propriedades formais dos argumentos e a percepção de tais propriedades pela audiência. Antes é reconhecer que uma das funções cruciais da ideologia é obscurecer ou negar contradições reais. Isso pode ser alcançado veladamente por meio de estratégias de diversionismo ou, abertamente, por meio de argumentação plausível. Em ambos os casos, no entanto, a argumentação é crucial para a persuasão bem-sucedida.

Eu concebo “argumentos” como alegações que incorporam, nas palavras de Perelman & Olbrechts-Tyteca (1971, p. 4)³, “técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento”. Argumentos ideológicos são afirmações desse tipo empregadas para apoiar a legitimidade de um sistema político em particular, para justificar uma dada configuração de relações de poder na sociedade.

Essa definição não é tão abrangente como pode parecer. Não significa que toda e qualquer sentença declarativa seja um argumento. Na medida em que a ideologia se apresenta como filosofia política, ela deve ao menos ser plausível como tal, produzindo teses e oferecendo razões para elas. De modo

³ N.T. Embora tenhamos optado por manter as referências fiéis ao texto original, a tradução do excerto segue a versão nacional do Tratado da Argumentação, publicada pela editora Martins Fontes, de 1996, com tradução de Maria Ermantina Galvão. O excerto em questão também aparece à p. 4.

análogo, as técnicas discursivas utilizadas em argumentações ideológicas não são apelos à irracionalidade e à arbitrariedade, mas, antes, são o centro de um processo eminentemente racional e inventivo dirigido para audiências capazes de distinguir entre asserções com e sem justificação ou embasamento e entre alegações plausíveis e não plausíveis.

Argumentos ideológicos, assim como todos os argumentos na esfera pública, são fundados no senso comum das audiências. Essas opiniões são condicionadas por circunstâncias históricas específicas e podem ser parcialmente ou (em raros casos) completamente falsas, mas, assim como a substância dos argumentos, o processo pelo qual elas são escolhidas para influenciar questões politicamente importantes é tão racional quanto aquele empregado em qualquer outro contexto.⁴

Minha análise da ideologia como retórica será, primariamente, descritiva. Seria errado, no entanto, ignorar a dimensão avaliativa da Crítica Retórica da ideologia. A ideologia é, inerentemente, uma distorção da verdade social e não qualquer tipo de distorção, dado que a função de uma ideologia é ajudar a tornar possível na sociedade a dominação de um grupo sobre os outros.⁵ A ideologia visa a assegurar o consentimento dos governados. É tanto alternativa quanto complemento à coerção: alternativa, porque a persuasão é diferente da força física e claramente preferível a ela; e complemento, uma vez que a combinação certa de persuasão e força física funciona mais efetivamente para produzir dominação política do que qualquer uma delas sozinha.⁶

Observar essas características da ideologia não é necessariamente condená-la. A ideologia é essencial para a existência das sociedades de massa; não podemos existir sem ela. A política pressupõe a necessidade de legitimação. Até os sistemas políticos mais coercitivos requerem para sua sobrevivência algum grau de consentimento popular. “O papel da ideologia”, nas palavras de Paul Ricoeur (1986, p.12), “é tornar possível uma política autônoma ao fornecer os conceitos de autoridade necessários para torná-la

⁴ Cf. Perelman & Olbrechts-Tyteca (1971, p.7-8)

⁵ Nem todos os teóricos concordam que a dominação é inerente à ideologia. Por exemplo, ver Seliger (1976). Por uma afirmação clara do ponto de vista que a ideologia envolve inerentemente dominação, ver Thompson (1984, p. 73-147).

⁶ É bom lembrar da cômica observação do Professor Irwin Corey de que se pode conseguir mais com uma arma e com uma palavra gentil do que apenas com uma palavra gentil.

significativa”⁷. Na medida que a ideologia é indispensável, o questionamento moral que surge não é se ela está presente, mas que tipo de sistema político ela apoia e, por extensão, quais sistemas alternativos ela ajuda a reprimir.

Neste ensaio, ater-me-ei a uma discussão da natureza, das funções e das formas da ideologia a partir da perspectiva da Crítica Retórica. Para explicar tal abordagem, farei três perguntas: 1) O que é ideologia?; 2) o que ela faz?; e 3) como ela o faz?. Meu objetivo não é advogar por uma “teoria retórica” da ideologia como tal, mas sim questionar: o que podemos aprender sobre a ideologia quando a tratamos como um tipo de retórica e aplicamos a ela os métodos e as categorias analíticas típicas da Crítica Retórica? Em termos amplos, portanto, estou tratando da questão: como os recursos retóricos auxiliam a ideologia a fazer seu trabalho, a assegurar um conjunto particular de relações de poder na sociedade e a garantir o consentimento da comunidade em ser dominada por um subgrupo de si mesma.

1 O que é Ideologia?

Essa questão pode ser respondida de diversas formas diferentes. Joan Robinson, uma vez, observou que a ideologia é como um elefante, difícil de descrever, mas você sabe o que é quando vê um.⁸ No entanto, a variedade e complexidade das teorias contemporâneas sobre ideologia sugerem que a avaliação de Joan é somente parcialmente correta. Não apenas a descrição da Ideologia apresenta grandes dificuldades, mas também a sua identificação instintiva.

Não fica claro, por exemplo, se faz sentido falar de “uma ideologia” ou de “ideologias”. Essas locuções comuns sugerem distintos sistemas de crenças, expressáveis, na maioria das vezes, como afirmações sobre política. Esse sentido “tradicional” de “ideologia” sugere que tais sistemas de crenças operam, publicamente, como princípios explicitamente reconhecidos nos quais a política é baseada.

Mas e se a ideologia residir não apenas ou até principalmente nas filosofias políticas públicas, mas na estrutura da linguagem cotidiana (privada)? E se a ideologia operar mais veladamente do que abertamente,

⁷ N.T. Todas as citações foram traduzidas por nós, com exceção das que constam no Tratado da Argumentação.

⁸ Citação em Carson (1987, p.10).

antes no nível dos pressupostos do que em discussões e debates públicos? E se instituições, por exemplo, as escolares, servirem a funções ideológicas tanto por meio de normas disciplinares e procedimentos regulamentares quanto por meio de pronunciamentos didáticos?

Essas possibilidades e outras mais refletem debates contemporâneos sobre a natureza, as funções e as formas da ideologia. Meu propósito não é rejeitá-las em favor de uma abordagem mais tradicional, mas, na medida em que o objetivo é investigar como a Crítica Retórica pode beneficiar uma abordagem crítica da ideologia, parece-me mais produtivo considerar a ideologia como um argumento político.

A história da ideologia como conceito data da França Pós-Revolucionária. Em 1795, um grupo de intelectuais liberais liderados por Destutt de Tracy tomaram como tarefa autoproclamada a criação de uma nova “ciência das ideias”. Esses liberais, representando políticas de liberdade de pensamento e de expressão e abraçando a fé iluminista na racionalidade humana, acreditavam que sua “ideologia” poderia descobrir os parâmetros pelos quais alegações politicamente significativas poderiam ser julgadas. O ponto era identificar aqueles “ideais” nos quais uma boa sociedade deveria ser baseada. As antigas fontes de autoridade, fossem religiosas ou nobres, estavam sendo rejeitadas. Uma nova lógica política certamente iria substituí-las.⁹

Destaco que essa não era uma lógica em busca de absolutos, mas uma baseada em suposições empírico-rationais. De Tracy e seus associados acreditavam que os ideais pelos quais procuravam somente poderiam emergir através de um estudo dos seres humanos em todos os seus contextos sociais. O *Institut de France* que fundaram tornou-se um espaço para estudos empíricos em geral: da Psicologia Experimental até a História da Arte. Assim, para os ideólogos¹⁰ franceses, como foram chamados, a ideologia tinha um caráter paradoxal; era “um sistema de ideias normativas e [...] uma crítica incipiente da exata noção de normas absolutas” (LICHTHEIM, 1967, p. 7).

Os ideólogos exerceram considerável influência sobre a opinião pública francesa por um tempo, particularmente entre a classe média. Contudo, sua defesa dos valores republicanos tornaram-nos uma ameaça às inclinações despóticas de Napoleão Bonaparte, que assumiu, durante os vinte anos

⁹ Cf. Lichtheim (1967, pp. 4-11).

¹⁰ N.T. No original, *ideologues*.

seguintes, uma postura que alternava entre o escárnio e a repressão ativa dos ideólogos. De fato, foi a primeira dessas estratégias que deu à ideologia a má fama que ainda possui. Apesar de Marx, no meio do século XIX, ter sido o primeiro a produzir uma crítica formal, foi Napoleão, movido por seu desprezo pelos ideólogos, que converteu a ideologia de um termo de inquérito filosófico a um termo de opróbrio. Ele abrigou os intelectuais, seguros em sua “torre de marfim”, mas sem contato com a realidade política. Aqui, novamente, a ideologia assumiu um duplo-significado: era uma filosofia política, com certeza, mas interdita, devido às circunstâncias de sua produção, de filosofar sobre si mesma.

Em 1845-46, Karl Marx deu um passo gigantesco com a análise crítica da ideologia. O alvo não era mais os próprios ideólogos; estes não eram mais um fator político. Também não deixou de rejeitar suas ideias liberais burguesas. Antes, ele atacou a própria proeminência de ideias em geral como fatores determinantes da história humana (MARX, 1978 [1845], p. 154-165).

Em *A Ideologia Alemã*, Marx (1978 [1845], p 17) argumenta que uma análise crítica da sociedade humana deve começar não pela filosofia política dominante ou pela consciência da época, mas pelo sistema pelo qual as pessoas produzem os meios de sua subsistência. Especificamente, foi crucial entender que o liberalismo, como maneira de enxergar o mundo político e de atribuir papéis às pessoas dentro dele, emergia do modo de produção capitalista e o refletia. As ideias hegemônicas de qualquer período histórico eram as da classe dominante, e o domínio exercido por essa classe surgiu, em primeiro lugar, de seu papel dentro do sistema de produção. No capitalismo, a classe burguesa dominava; logo, também dominavam as ideias burguesas (MARX, 1978 [1845], p. 172-3).

Reconhecidamente, as ideias de uma era possuem certa adequação. Ideias liberais faziam sentido enquanto se assumia que o capitalismo consistia no modo como o mundo era e/ou deveria ser. Mas, como tais ideias poderiam não ser verdadeiras, a ideologia liberal ajudou a manter uma falsa consciência de realidade histórica. Isso se deu porque essa ideologia, ligada integralmente a um estágio particular da história, apresentou-se como destacada das circunstâncias materiais que a produziram e condicionaram sua visão de mundo. Seus defensores apresentaram suas ideias como benéficas a todas as pessoas em qualquer momento histórico, e não como boas apenas para a classe dominante em um período histórico e em um contexto socioeconômico finitos.

Paradoxalmente, a abordagem empírico-racional de ideais sociopolíticos somente piorou o problema, uma vez que derivar esses ideais de um estudo das relações sociais existentes seria garantir que a ideologia resultante era apropriada apenas para aquela estrutura social em particular, amarrada diretamente ao modo de produção capitalista.

A ideologia, portanto, não era completamente falsa. Entretanto, como sua contingência histórica fora obscurecida, ela não podia prover um quadro satisfatório para a percepção da dinâmica do processo histórico, dinâmica essa em que o capitalismo era visto antes como intermediário do que como estágio final.

Desde Marx, a crítica ideológica¹¹deu muitas reviravoltas e sofreu transformações. Revisar o acúmulo secular de desenvolvimentos na teoria da ideologia está muito além do escopo deste ensaio. O que essa breve história do conceito sugere, entretanto, é a natureza essencialmente dialética da ideologia. Em sua encarnação original, a ideologia era tanto uma busca por absolutos quanto um desafio à noção de que absolutos poderiam sequer ser encontrados. Na Era Napoleônica, a ideologia era tanto a filosofia da recém-empoderada classe média, quanto o produto de uma elite deslocada. Na versão de Marx, a ideologia era tanto a consciência histórica apropriada a uma era, quanto uma distorção a-histórica da realidade material.

Como irei sugerir abaixo, o caráter dialético da ideologia é refletido também em suas formas e funções. Funcionalmente, a ideologia é indispensável, porém, perversa. Formalmente, a ideologia é argumentação, mas um tipo que antes obscurece do que expõe a parcialidade e a distorção de sua verdade.

Essas concepções oitocentistas de ideologia compartilham um segundo aspecto. Elas encaixam as ideologias no nível das ideias, dos princípios e das proposições. A ideologia, nessa visão, não está longe do que se denominaria filosofia política. A ideologia não é simplesmente uma coleção de atitudes, valores e crenças. É um sistema de ideias políticas coerentes ao ponto de poderem parecê-lo –para audiências – via argumentação.¹²

¹¹ No original, *ideologiekritik*.

¹² Essa também é uma distinção muito importante dada a similaridade entre as muitas definições de ideologia e de “cultura”. Por exemplo, o sociólogo político Ronald Inglehart (1990, p. 18) define a última como “um sistema de atitudes, valores e conhecimentos que é amplamente compartilhado dentro de uma sociedade e transmitido de geração a geração”.

Enxergar a ideologia como filosófica e argumentativa não impede, é claro, que se atente à linguagem ou às instituições sociopolíticas.¹³ De fato, tais preocupações são sempre parte de qualquer Crítica Retórica bem acabada, quer seja de ideologia ou de qualquer outra matéria. Mas um ponto de vista que define a ideologia *essencialmente* como filosofia política direciona a atenção do crítico primeira e principalmente às mais óbvias unidades de tal filosofia; nomeadamente, às proposições e às razões que as sustentam; isto é, aos argumentos e à argumentação.

Por filosofia política, então, eu não me refiro apenas aos dogmas básicos dessa filosofia, mas a todo o edifício justificativo sobre o qual ela repousa. Nesse sentido, pode ser mais preciso definir ideologia como “apologética política”, dado que é por meio do processo de argumentar tanto pela verdade quanto pela *relevância* de uma filosofia política que a ideologia realiza seu primeiro trabalho persuasivo. Similarmente, é a esse processo argumentativo que a Crítica Retórica da ideologia direciona sua atenção mais produtivamente.

Minha abordagem da ideologia enfatiza, em primeiro lugar, sua natureza dialética como, simultaneamente, verdadeira e falsa, funcional e disfuncional, desejável e perversa. Em segundo lugar, essa abordagem incorpora a ênfase tradicional (dos ideólogos e de Marx) nas proposições ideacionais como principais unidades de análise. Tal ênfase necessariamente direciona a atenção do crítico aos argumentos pelos quais a filosofia política – que é ideologia – está sendo expressa. Esses dois elementos da ideologia, sua natureza dialética e sua argumentatividade, podem ser depreendidos examinando-se suas funções e suas formas, ou seja, o que faz e como o faz. O caráter dialético da ideologia emerge mais claramente do primeiro; seu caráter argumentativo, do último.

2 O que faz a Ideologia?

Vista como apologética política, que função/funções a ideologia exerce? Uma maneira de abordar essa questão é perguntar quais funções precisam ser exercidas na sociedade política: “o que há para ser feito?”¹⁴

¹³ Para uma ênfase semântica, ver McGee (1980, pp. 1-16). Para uma ênfase em instituições, especialmente estatais, ver Althusser (1971, p. 127-186).

¹⁴ Empréstimo o título do famoso tratado de Lenin não é gratuito, dado que ele é particularmente famoso por demandar que o Comunismo não esperasse pelas inevitáveis leis da História para trazê-

Em princípio, indivíduos em sociedade devem estar dispostos a cooperar uns com os outros. Tal cooperação é necessária em qualquer grupo social; isto é, em qualquer situação em que o princípio de que “o poder faz a lei” trabalhe contra os interesses da maioria dos membros do grupo. Cooperação social, entretanto, é sempre “antinatural” no sentido de que indivíduos devem abrir mão de seus interesses particulares pelo bem da operação efetiva/bem-sucedida do grupo como um grupo. Geralmente, eles devem se contentar com menos do que desejam e acreditam merecer.

Quanto maior o grupo, mais difícil se torna a reconciliação de interesses individuais conflitantes. Nas sociedades liberais modernas, a solução para esse problema é a democracia representativa. A alegação da legitimidade dos sistemas políticos democráticos repousa no pressuposto de que concessões relativamente similares – ou, pelo menos, justas¹⁵ – são requisitadas de todos os membros.

Isso não pode ser verdade, no entanto, por duas razões. Em primeiro lugar, em sociedades de massa, é impraticável que todos compartilhem igualmente do poder político, e o sufrágio, a única forma “universal” de participação política de massa, é notoriamente uma maneira indireta, infrequente e incerta de afetar seu exercício. Assim, aqueles que governam estarão sempre em posição de beneficiar desproporcionalmente a si próprios e àqueles com quem se identificam. A única questão (embora muito importante) é avaliar até que ponto e por quanto tempo eles são capazes de agir de tal modo.

Em segundo lugar, e mais fundamentalmente, sociedades liberais são sociedades capitalistas. O Capitalismo, por sua natureza, *requer* disparidades radicais no poder econômico, e isso aparece direta e indiretamente como disparidades no poder político. De fato, o poder de compelir – por meio da necessidade econômica – uma pessoa a trabalhar por salários abaixo do valor de seu trabalho (como refletido no valor de mercado final do produto ou do serviço) encontra-se fora da esfera política apenas se for aceita a definição da ideologia dominante acerca dos limites dessa esfera.

lo à vida, e, sim, que ajudasse a História por meio de um programa de educação política voltada para os trabalhadores, um programa distintamente filosófico no conteúdo. Ver Lenin (1975 [1902]).

¹⁵ A famosa fórmula de John Rawls para uma distribuição justa de benefícios sociais preconiza que cada nova distribuição deve ajudar os membros menos favorecidos da sociedade pelo menos tanto quanto os membros de qualquer outro grupo. Esse esquema aparentemente desigual, no entanto, é derivado do pressuposto de igualdade na “posição original” na sociedade, isto é, o ponto imaginário em que o contrato social da democracia fora assinado. Ver Rawls (1971).

Nas sociedades modernas em geral e nas sociedades liberais em particular, haverá sempre uma lacuna entre as reivindicações dos membros do grupo hegemônico e a crença dos indivíduos em sociedade – incluídos aqueles que governam – acerca da legitimidade do governo exercido pelo grupo dominante. Uma maneira de lidar com essa lacuna, de torná-la politicamente insignificante, é a coerção. Mas, mesmo nas sociedades mais repressivas, a simples coerção nunca é um caminho completamente satisfatório. É simplesmente difícil demais controlar fisicamente todas as pessoas todo o tempo. Em sociedades relativamente não repressivas, uma alternativa à coerção é ainda mais essencial. De alguma forma, os sistemas políticos, desde os moderados até os intensamente repressivos, de fato mantêm-se mais ou menos intactos por substanciais períodos de tempo. Por quê? Se apenas a coerção não pode ser a resposta completa, então qual será? Em grande parte, é a ideologia que fecha a lacuna da legitimação. Como Paul Ricoeur (1986, p. 12) coloca, “a ideologia deve ser a ponte entre a tensão que caracteriza o processo de legitimação, uma tensão entre a reivindicação à legitimação feita pela autoridade e a crença da população nessa legitimidade.”

A ideologia abrange um conjunto de princípios filosóficos pelos quais as reivindicações de legitimação daqueles que governam podem ser julgadas. Em qualquer sociedade de massa, no entanto, o grau até o qual esses princípios são entendidos pelos cidadãos e salientados em suas vidas pode variar largamente. O famoso estudo de Philip Converse (1964) sobre os sistemas de crenças políticas dos eleitores americanos concluiu que não mais do que 2% destes conseguia articular um conjunto coerente de convicções ideológicas.¹⁶ Pesquisas recentes têm confirmado a persistência desse aparente analfabetismo político.¹⁷

Seria um erro, porém, assumir que, porque a maior parte das pessoas não parece possuir uma ideologia articulável, os efeitos da argumentação ideológica estejam confinados a uma pequena elite. O entendimento ideológico pode ser fragmentado, mas, ainda assim, politicamente significativo. Pode-se acreditar que o governo federal deve manter-se afastado dos interesses privados e ser capaz de oferecer razões para isso, sem

¹⁶O autor evita o termo ideologia, mas seu uso do termo alternativo “sistema de crença” é consistente com o meu uso de “ideologia” neste ensaio.

¹⁷Ver Smith (1990).

enquadrar essa convicção em termos de liberalismo ou conservadorismo ou reconciliar essa visão com a crença de que o aborto deveria ser ilegal.

Justificativas ideológicas de atos públicos e de órgãos governamentais podem tranquilizar mesmo que suas sutilezas casuísticas sejam virtualmente incompreendidas. Debater princípios políticos sugere que o conjunto de tais princípios exista como uma base ideológica para a sociedade política. Não é necessário estar envolvido ou ser competente o bastante para participar do processo de argumentação ideológica, para tomá-lo como confirmação da relevância dos princípios ideológicos no que se refere à vida pública. A ideologia, nesse caso, satisfaz vicariamente, mas, ainda assim, poderosamente.

Os efeitos da ideologia, assim como suas audiências, são múltiplos. Raramente age como estimulante, levando a população a um frenesi de comprometimento político, assim como não é um alucinógeno persuasivo pelo qual as pessoas são mantidas numa Terra do Nunca de irreabilidade. Mais frequentemente, a ideologia age como um tranquilizante, promovendo nem intenso entusiasmo nem passividade hipnótica, mas acomodação e até resignação.¹⁸

Uma Crítica Retórica da ideologia deve estar alerta não apenas à gama de possíveis efeitos e audiências, mas também às diferentes circunstâncias em que opera. Em sociedades liberais democráticas, por exemplo, onde o poder coercivo do Estado é relativamente limitado e o poder dos cidadãos de influenciar quem governa é relativamente grande, o cinismo é mais perigoso para a elite governante. A maioria das pessoas precisa, ao menos, acreditar que os padrões de legitimidade são aceitos como apropriados mais ou menos universalmente, e que, se estes são violados flagrantemente, o sistema político tem procedimentos adequados para restaurar seu próprio equilíbrio legal. Um presidente dos Estados Unidos, por exemplo, pode quebrar a lei; de fato, muitos acreditam que a maior parte dos presidentes o fez. Mas se um presidente comete erros muito graves e muito frequentemente, ele pode sofrer *impeachment* e ser condenado por seus “crimes e contravenções.” Tal deverá ser, ao menos, o ponto de vista comum se a lacuna da legitimidade das democracias representativas deve ser superada.

Mas, até em sociedades liberais, a maioria das pessoas não precisa concordar com ou mesmo estar ciente de todos os princípios de uma filosofia

¹⁸Para uma discussão sobre os vários efeitos que a ideologia pode produzir, ver Therborn (1982, p.93-100).

política dominante. Elas só precisam aceitar, num nível geral, que o sistema político é baseado numa filosofia mais ou menos plausível e que essa filosofia é atuante. Por exemplo, enquanto a maioria das pessoas acreditar que o governo dos Estados Unidos é baseado na Constituição, não é fatal, para a ideologia, que muitos deles, quando perguntados, desconheçam ou discordem de alguns dos mais básicos princípios deste documento.¹⁹ Em outras palavras, a *relevância* percebida da filosofia política dominante é tanto um assunto ideológico quanto a sua verdade compreendida. A importância da filosofia política dominante pode ser sentida mais no aspecto social de suas vidas do que no aspecto pessoal; é um assunto que engloba tanto as crenças das pessoas sobre a natureza de sua sociedade quanto sobre elas mesmas dentro dessa sociedade.

Exceto em condições de repressão extensiva e organizada, uma ideologia dominante não pode sobreviver ao alastrado e profundo cinismo público ou descrença. Se a disjunção entre o comportamento dos governantes e as bases de sua legitimidade tornar-se muito ampla, e/ou se as crenças dos indivíduos na sociedade estiverem em desacordo com a filosofia dominante, nenhum charlatanismo retórico será, então, suficiente para cobrir a lacuna de legitimação. Nessas circunstâncias, mesmo em sociedades repressivas, a ideologia será incapaz de contribuir muito para manter o sistema. E se o aparato repressivo ou a deliberação do Estado falhar, décadas de ideologização terão sido de pouca ajuda.²⁰ É por isso que uma ideologia deve ser historicamente apropriada; para cumprir suas funções integrativas, deve ser “verdadeira” num sentido de contingência histórica.

3 Como a ideologia funciona?

Argumentos desenvolvem alegações substantivas e possuem características formais. É possível dividir a análise dos argumentos nessas duas categorias e prosseguir desse ponto. Entretanto, uma análise retórica do argumento não pode estagnar nessa dicotomia forma/substância. Argumentos

¹⁹O famoso estudo de ideologia de Robert Lane (1962) numa cidade americana é um exemplo do fenômeno frequentemente registrado de que os cidadãos dos E.U.A., muitas vezes, discordam dos princípios sobre os quais seu sistema de governo está extensivamente baseado.

²⁰Um dos aspectos mais memoráveis sobre a rápida desintegração dos regimes de governo no Leste Europeu, com certeza, tem sido a aparente ausência, apesar de gerações do que o Ocidente tem visto como doutrinação efetiva, de um substancial efeito residual da ideologia comunista.

desenvolvem alegações tanto pelo que é dito quanto pelo que são²¹. A substância pode estar explícita, embora haja variados modos de não estar, ao passo que a forma está sempre implícita, ainda que seja retoricamente significativa, especialmente no contexto da argumentação ideológica.

Nesta seção, examinarei ambas as alegações explícitas e implícitas dos argumentos ideológicos. Para as primeiras, utilizarei como categorias organizadoras as especificações de Marx acerca de duas alegações substantivas que a ideologia desenvolve. Para as últimas, basear-me-ei substancialmente nas análises do sociólogo Alvin Gouldner.

Em *A Ideologia Alemã*, Marx argumenta que a dominação política ocorre com base na classe econômica. Claramente, ele estava pensando primariamente no capitalismo e na dominação exercida pela classe empregadora. Todavia, mesmo se – para Marx, era “quando” – a classe trabalhadora se tornasse dominante, Marx observa que a mesma alegação ideológica teria que ser produzida: a de que a classe no poder representa não apenas seus próprios interesses, mas interesses benéficos à sociedade como um todo (Marx (1978 [1845], p. 174). Ademais, o autor identifica uma segunda alegação genérica. Classes dominantes, ele observa, tendem a apresentar o sistema social vigente, ou seja, o sistema que as favorece, como inevitável, natural, atemporal e/ou independente da decisão e da ação humana (MARX, (1978 [1845], p.173)²². Além de especificá-las, entretanto, Marx não tinha virtualmente nada a dizer acerca do processo inerentemente retórico e argumentativo que constituía tais alegações.

A tese de que um grupo dominante representa os interesses de todo o povo, em oposição aos seus próprios, liga-se a apelos populistas. De fato, é difícil vislumbrar como, em democracias liberais, uma alegação como essa possa ser levantada sem apoiar-se em tal apelo. E, embora –como Ernesto Laclau (1977, p. 173-175) bem observou – o populismo seja um tema político que se ajusta confortavelmente em meio a doutrinas políticas variadas, do fascismo ao socialismo, do conservadorismo ao liberalismo, em uma sociedade ostensivamente regida por e para a população, ainda, sim, consiste em um tema essencial.

²¹A Teoria dos Atos de Fala é, obviamente, relevante aqui. Ver Austin (1975).

²²Ver também Giddens (1979, p. 195).

A alegação de que qualquer grupo regente (real ou potencial) representa o povo é inerentemente ideológica. “O povo” é sempre uma “fabricação cultural”, como mostra Ricoeur (1986, p. 13). A ideologia, por necessidade, apoia a dominação política. Atua no sentido de embasar o domínio de um grupo sobre a sociedade como um todo. Para fazê-lo, ela deve apresentar a dominação como algo diferente de si mesma – como democracia representativa, vontade de Deus, ou a expressão última da *Volkgeist*²³. A fim de obscurecer a realidade da dominação política, a ideologia deve fornecer uma filosofia dominante que represente os interesses de todos – mais ou menos igualmente – e não só do grupo regente. Uma maneira de realçar essa apresentação ocorre por meio de profissões de fé e de subserviência à população comum.

Como fazer a população conceber-se, por razões políticas, não como trabalhadores ou mórmons, mas como americanos? Ora, falando constantemente como se isso fosse o que eles, de fato, são, de modo a tornar o pertencimento a esse grupo tão inclusivo algo desejável. Essas estratégias, isoladamente, não são, contudo, suficientes para criar um povo, mas quando combinadas com uma filosofia política consistente com sua mensagem, em circunstâncias nas quais as tensões socioeconômicas não são tão graves, o conceito politicamente potente de povo pode ser sustentado. Assim, quando um partido político de oposição faz uma objeção em relação a uma proposta para reduzir as taxas dos mais ricos, o partido patrocinador pode acusá-lo de “pregar o conflito de classe” sem que ninguém – ou quase – se pergunte se os interesses de diferentes classes não são inerentemente conflitantes²⁴.

Em democracias representativas, o poder do povo é tanto uma alegação filosófica substantiva quanto um tema complementar, o que o torna ainda mais significativo. Ronald Reagan, por exemplo, não obstante sua riqueza pessoal e seu *background* como celebridade, era famoso por seus esforços constantes e aparentemente bem sucedidos em identificar-se com “as pessoas comuns”. O valor dessa estratégia não é simplesmente levar um dado indivíduo a sentir que o líder é mais ou menos como ele/ela em várias esferas

²³ N. T. *Volkgeist* pode ser entendido como *vontade/espírito do povo*.

²⁴ Na última batalha acerca da redução da taxa de ganhos de capital, nos EUA, a oposição ao Partido Democrático foi bem sucedida apenas porque expressou sua objeção em termos de igualdade e de justiça. De fato, qualquer referência explícita a classes poderia ter levantado questionamentos acerca do *status* social da maioria dos políticos democratas.

pertinentes. Em um nível mais fundamental, os apelos populistas ajudam a tornar significativo o próprio conceito de “povo”.

Considere-se o excerto seguinte do discurso de posse de Ronald Reagan²⁵:

Aqueles que dizem que estamos em uma era em que não há heróis – eles apenas não sabem onde procurar. Vocês podem ver heróis todos os dias entrando e saindo dos portões das fábricas. Outros, um punhado em número, produzem o suficiente para alimentar a todos nós e ao mundo... Agora mesmo, eu usei as palavras “eles” e “deles” ao falar desses heróis. Eu poderia dizer “vocês” e “seus” porque estou me dirigindo aos heróis de quem eu falo – vocês, cidadãos dessa terra abençoada. Seus sonhos, suas esperanças, seus objetivos serão os sonhos, a esperança e os objetivos desta Administração, então, ajude-me, Deus²⁶.

Esse trecho apresenta um argumento explícito seguido de uma promessa. A tese de Reagan é a de que o americano médio é um herói. Sua prova é uma enumeração – citada parcialmente aqui – das coisas que os americanos fazem, majoritariamente em seus trabalhos. Ele não tenta argumentar explicitamente em termos de uma definição de heroísmo que abarque o trabalho da maioria das pessoas; fazê-lo apenas atrairia atenção para a óbvia incongruência entre o que é usualmente concebido como heroico – o excepcional, que não sofre coação – e o mundano – a labuta obrigatória do fazendeiro ou do operário médio. Mas o argumento pode ainda ser bem sucedido retoricamente contanto que o povo esteja inclinado a aceitá-lo pela identificação de seu trabalho com heroísmo²⁷.

Reagan investe nesta tendência e com bons motivos. Embora poucos trabalhadores vejam a si mesmos, no curso de seus trabalhos cotidianos, como figuras hercúleas, muitos podem sentir-se como bravos e sofredores companheiros que diariamente se deslocam ao trabalho para fazê-lo com qualidade, a despeito da mundanidade e da ausência de recompensas financeiras. Há, portanto, um tipo de heroísmo no persistente sacrifício – até na vitimização. Nesse discurso, Reagan sinaliza que entende essa ironia²⁸.

²⁵ Texto presente na compilação organizada por Linkugel (1982 [1981], p. 376).

²⁶ N.T.: Tradução nossa.

²⁷ Em termos aristotélicos, o argumento funciona como um entimema. A identificação de heroísmo com trabalho não precisa ser explicada porque é baseada em valores e em atitudes comuns. De fato, este argumento só funciona enquanto entimema, porque assim que suas premissas são expostas e dissecadas, elas deixam de ser plausíveis. Ver Aristóteles (1954, p. 21-22 [1355a: 3-10]).

²⁸ Bruce Springsteen apontou a mesma coisa com sua canção *Born in the U.S.A.* Nesse caso, a ironia é aprofundada com a identificação do patriotismo com sentimentos de exploração econômica. Não foi acidentalmente que a administração Reagan tentou tomar, em vários momentos, as letras de Springsteen como suas próprias canções.

A promessa de Reagan – de tornar suas aspirações populares – é validada em antecipação pela sua habilidade em expressar o heroísmo dos homens e das mulheres trabalhadores/as, que fazem e são o extraordinário em meio ao ordinário. Sua compreensão da natureza desse heroísmo consiste na prova de que ele irá fazer da vontade popular seu guia.

Muito embora esses argumentos populistas não estejam totalmente explícitos, eles são relativamente diretos e requisitam pouca interpretação. Uma implicação menos óbvia, entretanto, é a alegação de que os únicos sofrendores da sociedade americana dignos do epíteto “herói” são aqueles que trabalham. Todos os exemplos de heróis são ocupacionais. Na medida em que o trabalho é visto como sacrifício heroico, sua ausência pode ser entendida como uma desqualificação do pertencimento a uma legião de heróis americanos e, por extensão, ao nível de “verdadeiros” americanos. Ponto.

Essa amostra da retórica de Reagan é um dos exemplos da teia de argumentação explícita e implícita que abrange apelos populistas, um tema inerente à primeira categoria de Marx acerca das alegações ideológicas: a apresentação do grupo regente como representante dos interesses coletivos. Evidentemente, essa amostra cobre apenas uma fração do espaço argumentativo devotado a persuadir as audiências sobre a verdade dessa tese. Todavia, trata-se de um caso instrutivo de como argumentos ideológicos se identificam com valores compartilhados (trabalho pago) e atitudes (voltadas ao trabalho) para servir a fins persuasivos.

A segunda categoria de alegações ideológicas proposta por Marx é a de que um sistema social existente é natural, inevitável e, portanto, eterno, representando o modo como o mundo é e sempre será. Para sustentar tal tese, torna-se essencial defender uma teoria da natureza humana, uma que esteja de acordo com o mundo social definido ideologicamente. Se seres humanos são, por natureza, competitivos e gananciosos, o sistema deve ser projetado para encorajar que a expressão desses traços seja “natural”. E se esses elementos da natureza humana são tão fortes que os esforços para suprimi-los estão fadados ao insucesso, então um sistema competitivo, orientado ao consumo, configura-se na inevitável expressão da natureza humana.

Os economistas políticos do final do século XVIII e do início do XIX tendiam a enxergar a natureza humana como um campo de batalha no qual forças de racionalidade, por um lado, e paixão, por outro, confrontavam-se

por controle²⁹. E, embora a ação racional fosse considerada preferível, a paixão nunca conseguiria ser suprimida com sucesso. A resposta era, então, canalizar as paixões para comportamentos que servissem aos objetivos econômicos racionais. Em outros termos, ao capitalismo³⁰.

George Gilder é um economista político moderno e um intrépido defensor do movimento neoconservador nos Estados Unidos. Seu ator econômico ideal é o empreendedor; para ele, uma versão economicamente ideal do Captain Blood³¹. Que o instinto empreendedor é, em seu sentido mais profundo, parte da natureza humana – ou, melhor, da natureza humana masculina – é o que sugere o seguinte argumento, que aponta as razões pelas quais os homens devem ser encorajados a serem atores econômicos autônomos:

Por causa da longa experiência evolutiva como caçador, adquirida pelo homem nas sociedades de caça, o papel de provedor se adequava profundamente aos instintos masculinos. Quando proviam para as mulheres e as protegiam, os homens sentiam-se másculos e sexualizados. A partir do momento em que eles não puderam mais exercer esses papéis, como na cultura do bem-estar social, eles passaram a preferir a companhia de seus pares em bares ou nas ruas (GILDER, 1981, p. 136).

A correlação do comportamento econômico a instintos sexuais não é acidental e nem tão excêntrica, particularmente na era pós-freudiana. Isso é especialmente verdadeiro quando um sistema econômico e o conjunto de relações de poder que ele requisita são justificados não somente a partir de uma base utilitária, mas a partir de um reflexo da natureza humana. Em uma era secular na qual os desígnios de Deus não constituem, em geral, uma garantia suficiente, é apenas pela última alegação que se pode apresentar um sistema social específico como natural e inevitável.

Argumentos ligados à vontade popular e à natureza humana são ideológicos por excelência. As alegações substantivas que eles propõem – relacionadas à representatividade universal do sistema político e ao caráter inevitável e natural da organização social – devem ser resgatadas para que se mantenham as disposições dos cidadãos em termos de aceitar um dado

²⁹ É claro que não se trata de um novo *insight*. Ver, por exemplo, o *Fedro*, de Platão, e a alegoria do condutor. A inovação dos economistas políticos liberais, entretanto, foi aplicar a noção racionalidade x paixão ao comportamento econômico individual.

³⁰ Ver Hirschman (1977).

³¹ N.T. Personagem eternizado no filme homônimo pela interpretação de Errol Flynn. Blood era um médico irlandês que foi condenado pela Coroa Britânica por traição e enviado à América Central como escravo. Em meio à trama – que se passa no século XVII –, Blood acaba assumindo o controle de um navio e torna-se um pirata de rápida ascensão, alcançando fama e sucesso.

conjunto de relações de poder. O consenso dos governados pode refletir comprometimento, acomodação e/ou resignação, mas, em democracias liberais, isso deve ser obtido no sentido de garantir que o grupo hegemônico siga dominando.

A função de persuadir as pessoas acerca da veracidade dessas alegações é cumprida parcialmente pela apresentação de razões plausíveis. Nessa perspectiva, a argumentação ideológica é – ou deve ser – “racional” e pode ser julgada pelas normas apropriadas a tal condição. Entretanto, a argumentação ideológica não persuade somente porque ela oferece “boas” razões, mas porque ela as apresenta por meio de poderosos recursos retóricos. Ela persuade não só pelo que é dito, mas pelo modo pelo qual se diz.

Argumentos ideológicos ocorrem em “língua natural”³² e em contextos sociais reais. Isso significa que eles persuadem por meio de símbolos socialmente significativos. A análise retórica dos seus efeitos precisa considerar as formas e os contextos dessas simbolizações. Tal análise pode ocorrer em níveis diferentes. Clifford Gertz (1973, p. 209) sugere que nenhuma abordagem satisfatória da ideologia pode negligenciar o uso de tropos e figuras:

Destituídos de uma noção sobre o modo pelo qual operam a metáfora, a analogia, a ironia, a ambiguidade, o trocadilho, o paradoxo, a hipérbole, o ritmo e todos os outros elementos do que se pode, genericamente, denominar “estilo” – mesmo, em uma maioria de casos, com nenhum reconhecimento que esses recursos são de alguma importância para o estabelecimento de posicionamentos pessoais em formato público –, sociólogos não possuem ferramentas para a construção de uma formulação mais incisiva.

Falar sobre o modo pelo qual esses recursos retóricos operam é, em geral, um assunto mais interpretativo que descritivo. Os métodos da crítica de textos literários tendem a ser mais proveitosos que o arsenal metodológico do cientista comportamental³³.

Michael Calvin McGee (1980, p. 5-7) sugeriu um outro nível de simbolização ideológica. Ele identificou certas palavras e determinados sintagmas de uso cotidiano cuja invocação pode despertar uma rede de

³² Valho-me da caracterização de Lógica Informal proposta por Blair & Johnson (1987, p. 148): “a área da Lógica que procura desenvolver normas, critérios e procedimentos para a interpretação, para a avaliação e construção de argumentos e para a argumentação realizadas em língua natural”.

³³ Isso não quer dizer que os últimos sejam inúteis. Por exemplo, propagandas – políticas ou comerciais – tendem a ser testadas, nos dias atuais, em grupos focais, usando resposta galvânica da pele ou outros procedimentos para determinar a intensidade das reações da audiência. As respostas são gravadas até mesmo no nível da palavra individual.

associações cognitivas. Esses “ideógrafos” são representações abreviadas da ideologia à qual eles se referem. Assim, apesar de aparentarem integrar os argumentos ideológicos, seu poder de invocar determinadas atitudes e crenças em um dado momento tende a reforçar uma dada ideologia sem que se precise recorrer a uma argumentação formal³⁴. O próprio fato de eles parecerem substituir tais argumentos pode fazer dos ideógrafos um instrumento mais retoricamente poderoso que os seus referentes. Isso ocorre porque um elemento essencial da ideologia é sua habilidade de disfarçar-se. Talvez os ideógrafos sejam o disfarce definitivo.

Eu argumentei, entretanto, que o poder *persuasivo* da ideologia pode ser mais bem apreciado no nível dos seus argumentos. Justifiquei esse posicionamento tanto histórica quanto retoricamente, ao referir-me às origens da teoria da ideologia e ao enfatizar sua importância nas alegações políticas e filosóficas substantivas que são desenvolvidas e defendidas pela ideologia.

Um terceiro raciocínio para destacar a argumentação combina elementos históricos e retóricos. Alvin Gouldner (1976) examinou o que ele denomina “dialética da ideologia e da tecnologia”. A ideologia é um produto moderno oriundo da sociedade de industrialização de massa. Tais sociedades são caracterizadas por uma desintegração das antigas estruturas de autoridade e de seus laços sociais. Em seu lugar, a era moderna fixou o secularismo, o racionalismo e o cientificismo. A ideologia é uma forma de discurso designada para lidar com as ansiedades que a perda do mundo antigo criou e para acomodar as pessoas às exigências do novo mundo³⁵. Entretanto, que aspecto(s) da ideologia a qualificam para esse papel?

A resposta é que a ideologia apresenta-se, em si mesma, como um argumento racional e filosófico, uma vez que desenvolve teses e propõe razões. Ela sustenta essas motivações não por revelação divina ou por pronunciamento real, mas com evidência empírica e científica. A argumentação ideológica incorpora as regras de conduta do discurso racional moderno. Uma oportunidade de refutação deve ser garantida a potenciais opositores em condições que permitam a cada um apresentar seu caso. A

³⁴ McGee e Martha Anne Martin tentaram especificar algumas das características técnicas dos argumentos ideológicos. Ver McGee; Martin (1983, p. 47-65).

³⁵ Desculpo-me com Gouldner, por sintetizar e, assim, ignorar as minúcias de suas análises. Baseio-me, particularmente, na discussão realizada no capítulo “Ideological Discourse as Rationality and False Consciousness”, p. 23-66, do livro anteriormente mencionado.

audiência deve poder julgar lado a lado esses casos conflitantes em circunstâncias nas quais não haja opressão e assim por diante.

O motivo de enumerar esses aspectos formais da argumentação ideológica, e da argumentação em geral, não é sugerir que, necessariamente, haja algo de errado com elas, mas, sim, observar que tais formas discursivas favorecem uma dada configuração sociopolítica: a da sociedade democrática pluralista. As regras de tais sociedades requisitam que todos os pontos de vista (responsáveis) possam ser escutados. O caso paradigmático dessa forma de discurso é a universidade moderna, onde (idealmente) comunistas, socialistas, liberais, conservadores, etc. podem todos lecionar o que quiserem, limitados apenas pelos padrões de decoro, ou seja, pela disposição em permitir a expressão de pontos de vistas diferentes dos seus próprios.

A importância para a ideologia desta forma liberal de discurso consiste no fato de ela poder tanto obscurecer quanto revelar a natureza do poder e de seu exercício, uma vez que democracias liberais não são apenas liberais – elas são capitalistas. Tipicamente, sistemas capitalistas tendem a concentrar grandes quantidades de poder econômico em poucas mãos. Em uma sociedade de massa, tecnologicamente avançada, isso inclui poder sobre os meios de comunicação de massa, de modo que a maior parte das informações que as pessoas recebem desses meios acabam se coadunando à ideologia dominante. Assim, embora muitos outros pontos de vista estejam disponíveis, seu número e sua relativa obscuridade podem reduzi-los a não mais que um balbúcio incipiente de vozes distantes e estranhas.

As aparências, contudo, são diferentes. Não se pode negar que as vozes opositoras sejam permitidas. Com persistência suficiente, alguém pode buscá-las. Esse fato pode, inclusive, ser invocado para demonstrar a justiça básica do sistema político, seu compromisso com a verdade. Além disso, o sistema estrutura sua própria argumentação pública de acordo com as mesmas regras discursivas: debate aberto, a passagem de turnos, etc. Finalmente, a estrutura do próprio discurso e sua aparente sustentação na racionalidade e na evidência – em vez da asserção autoritária – associam-se não só à recomendação de suas alegações, mas também do sistema que elas integram e que auxiliam a legitimar.

Conclusão

Eu defini ideologia como uma apologética política e sugeri, seguindo Ricoeur (1986), que a ideologia medeia a tensão entre as alegações de legitimação dos governantes e a disposição dos governados em aceitar tais alegações. Explorando a natureza desta função da ideologia, defendi que ela se constitui em um consenso social, simultaneamente real e irreal, verdadeiro e falso. Ela é real, no sentido de que a maioria das pessoas pode acreditar que um consenso político e filosófico possa, de fato, existir; e irreal, no sentido de que muitos indivíduos podem não acreditar ou nem mesmo compreender integralmente os fundamentos da filosofia política que uma ideologia abarca. Ela é verdadeira, na medida em que não pode sobreviver divorciada do contexto histórico-cultural na qual opera e, portanto, deve ser apropriada a tais circunstâncias; e falsa, visto que se apresenta como uma filosofia que serve ao universal em vez do interesse meramente parcial, de caráter dominante, cuja hegemonia é construída como natural e eterna, e não como criação humana, historicamente contingente.

Ademais, sugeri que a argumentação é essencial para a tarefa persuasiva da ideologia e que os argumentos auxiliam a cumprir tal empreitada tanto substantiva e formalmente, quanto explícita e implicitamente. Os argumentos ideológicos desenvolvem e defendem tipos particulares de alegações, que distorcem a realidade social de modo a induzir o consentimento dos cidadãos às configurações que garantem seu domínio. Além disso, eles se apresentam como uma forma de discurso que, concomitantemente, legitima o sistema político existente e obscurece sua natureza. Nesse sentido, sendo a ideologia inerentemente argumentativa, a argumentação política também se torna inerentemente ideológica.

Referências

ALTHUSSER, Louis. Ideology and Ideological State Apparatuses. **Lenin and Philosophy and Other Essays**. New York: Monthly Review Press, 1971, p. 85-126.

ARISTÓTELES. **The Rhetoric and the Poetics of Aristotle**. Translated by W. Rhys Roberts. New York: Modern Library, 1954.

AUSTIN, John Langshaw. **How To Do Things With Words**. Cambridge: Harvard University Press, 1975.

BLAIR, J. Anthony; JOHNSON, Ralph H. **The Current State of Informal Logic**. *Informal Logic*, n. 9, 1987.

BRYANT, Donald. Rhetoric: Its Functions and Its Scope. **Quarterly Journal of Speech**, n. 39, 1953, P. 401-424.

CARSON, R. B. **Economic Issues Today**. New York: St. Martin's Press, 1987.

CONVERSE, Philip. The Nature of Belief Systems in Mass Publics. In: APTER, David (org.) **Ideology and Discontent**. New York: Free Press, 1964, p. 206-261.

GEERTZ, Clifford. Ideology as a Cultural System. **The Interpretation of Cultures**. New York: Basic Books, 1973, p. 193-233.

GIDDENS, Anthony. **Central Problems in Social Theory**. Berkeley: University of California Press, 1979.

GILDER, George. **Wealth and Poverty**. New York: Basic Books, 1981.

GOULDNER, Alvin. **The Dialectic of Ideology and Technology**. New York: Oxford University Press, 1976.

HIRSCHMAN, Albert O. **The Passions and the Interests**. Princeton: Princeton University Press, 1977.

INGLEHART, Ronald. **Culture Shift**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

LACLAU, Ernesto. **Politics and Ideology in Marxist Theory**. London: New Left Books, 1977.

LANE, Robert. **Political Ideology**. New York: Free Press of Glencoe, 1962.

LICHTHEIM, George. The Concept of Ideology. **The Concept of Ideology and Other Essays**. New York: Random House, 1967, P. 164-195.

LENIN, Vladimir. **What Is To Be Done?**. Pequim: Foreign Languages Press, 1975 [1902].

LINKUGEL, Wil A. et al. (Org.) **Inaugural Address of Ronald Reagan**, January 20, 1981. *Contemporary American Speeches*. Dubuque: Kendall Hunt, 1982.

MARX, Karl. The German Ideology. In: TUCKER, Robert C. **The Marx-Engels Reader**. New York: Norton, 1978.

McGEE, Michael Calvin. The "Ideograph": A Link Between Rhetoric and Ideology. **The Quarterly Speech Journal**, v. 66, n. 1, 1980, p. 01-16.

McGEE, Michael Calvin; MARTIN, Marth Anne. Public Knowledge and Ideological Argumentation. **Communication Monographs**, v. 50, n. 1, 1983, p. 47-65.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **The New Rhetoric: A Treatise on Argumentation**. John Wilkinson and Purcell Weaver (Trad.). Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1971.

RAWLS, John. **A Theory of Justice**. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 1971.

RICOEUR, P. **Lectures On Ideology and Utopia**. New York: Columbia University Press, 1986.

SELIGER, M. **Ideology and Politics**. London: Allen and Unwin, 1976

SMITH, E. R. A. N. **The Unchanging American Voter**. Berkeley: University of California Press, 1990.

THERBORN, G. **The Ideology of Power and the Power of Ideology**. London: Verso, 1982.

THOMPSON, J. B. **Studies in the Theory of Ideology**. Berkeley: U. of California Press, 1984.

WICHELN, H. A. The Literary Criticism of Oratory. In: DRUMMOND, A. M. (Org.) **Studies in Rhetoric and Public Speaking: in Honor of James Albert Winans by Pupils and Colleagues**. New York: The Century Co., 1925.

Tradução:

Paulo Roberto Gonçalves Segundo

Doutor em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP)

Docente da Universidade de São Paulo (USP)

E-mail: paulosegundo@usp.br

Winola Weiss Pires Cunha

Graduanda em Língua Portuguesa e Linguística pela Universidade de São Paulo (USP)

E-mail: winola.cunha@usp.br